NU FINANCEIRA S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis em 30 de junho de 2024

Índice

Relatório da administração	**4**
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	**7**
Balanços patrimoniais	**10**
Demonstrações do resultado	**12**
Demonstração do resultado abrangente	**13**
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	**14**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**15**
Notas explicativas às demonstrações contábeis	**16**

Diretoria

Diretora Presidente
Livia Martines Chanes

Diretores
Alessandro da Costa Prado (*)
Arthur Ferreira Valadão
Caio Cezar Banti
Cesar Augusto de Oliveira Gonçalves
Guilherme Marques do Lago
Henrique Camossa Saldanha Fragelli
Rodrigo Santos Silva
Vitor Guarino Olivier

Contadora
Valesca Cidronio Gomes
CRC - 1SP-309969/O-6

(*) Diretor responsável pela contabilidade

Relatório da administração
(*Em milhares de reais*)

A Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira") apresenta as suas Demonstrações Contábeis Individuais relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Perfil Corporativo

A Nu Financeira foi constituída e autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 2018. A Companhia é parte do Grupo Nu ("Grupo" ou "Nu"), o qual possui como controladora final a entidade Nu Holdings Ltd. ("Nu Holdings").

A Companhia foi constituída com o objetivo de distribuir os seguintes produtos para os clientes do Nu.

- **Depósitos:** Recibo de Depósito Bancário (RDB) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), modalidades de depósitos ofertadas aos clientes, através da Conta do Nubank, com rendimentos vinculados à taxa de certificado de depósito interbancário (CDI).

- **Empréstimos para pessoas físicas e pessoas jurídicas:** Empréstimos totalmente customizáveis em termos de valores e prazos, de forma 100% digital através do aplicativo Nu. As informações dos contratos são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação; além disso, os recursos das operações são disponibilizados 24 horas por dia através da Conta do Nubank.

- **Empréstimos pessoais com garantias:** Opções de empréstimos pessoais com garantia e com taxas menores. Os clientes podem utilizar saldo disponível em RDB ou vincular determinados títulos e valores mobiliários custodiados em suas contas na Nu Invest.

- **NuConsignado:** empréstimos consignados para servidores públicos federais e para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Destaques financeiros

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R$4.2 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 154% em comparação a R$1,7 bilhões em 30 de junho de 2023. Abaixo seguem alguns destaques:

a. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de empréstimo e de cartão de crédito em 30 de junho de 2024, somaram o montante de R$52,7 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 39% em comparação a R$37,9 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou em 30 de junho de 2024, o saldo de R$13.6 bilhões, um aumento de 37% se comparado com os R$10 bilhões, em 31 de dezembro de 2023.

b. Depósitos

A Companhia apresentou, durante o semestre, um aumento nas suas operações de captação em decorrência de depósitos de seus clientes. Em 30 de junho de 2024, a Nu Financeira possuía o saldo total de R$115,8 bilhões captados através de RDB e CDB, o que representa um aumento de 12% quando se compara ao montante de R$103,4 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

c. Investimentos

Durante o primeiro semestre de 2024, não foram realizados aportes de capital em empresas controladas.

Em 15 de março de 2024, foi solicitado ao BACEN, o pedido de incorporação reversa da Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Nu DTVM”) pela sua controlada direta Nu Invest Corretora de Valores S.A. ("Nu Invest"), com o objetivo de simplificar a estrutura societária do Grupo e, assim, trazer mais eficiência e sinergias às suas operações, otimizando a estrutura de custos de sociedades que desempenham atividades semelhantes e combinando os negócios da Nu DTVM com a Nu Invest. O pedido de incorporação encontra-se em processo de revisão pelo BACEN.

d. Aumento de capital e política de destinação de lucros

Em 28 de abril de 2023, a assembleia geral extraordinária deliberou aumento de capital no montante de R$1,3 bilhões, sendo este aprovado pelo BACEN no dia 29 de junho de 2023.

A companhia encerrou o primeiro semestre de 2024 com um capital social de R$5,3 bilhões.

Em relação à destinação do lucro líquido, o estatuto social da Companhia estabelece que, ao término do exercício social, deverá ser destinado pela assembléia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. Em 2023 foram deliberados dividendos no montante de R$500 milhões, que excedem o

dividendo mínimo obrigatório. Durante o primeiro semestre de 2024 foram deliberados 1,9 bilhões de dividendos à sua controladora Nu Pagamentos S.A..

e. BACEN – Circular nº 3.068/01

A Companhia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$2.3 bilhões, representando 6% do total de títulos e valores mobiliários em junho de 2024 (R$256 milhões, representando 0,8% do total de títulos de valores mobiliários em dezembro de 2023).

Comentários adicionais

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no relatório *Form 20-F* da controladora indireta Nu Holdings Ltd.

São Paulo, 13 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	22.326.381	15.590.005
Disponibilidades		30.492	34.615
Investimentos de curto prazo		1.001	5.022
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil		22.294.888	15.550.368
Instrumentos financeiros		126.884.011	109.701.903
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**6**	45.115	-
Títulos e valores mobiliários	**7**	38.832.831	34.121.748
Instrumentos financeiros derivativos ativos	**8**	3.087	402
Relações interfinanceiras ativas	**9**	33.638.239	34.070.536
Operações de crédito adquiridas	**10**	1.700.722	3.568.127
Operações de crédito	**11**	52.709.132	37.941.090
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**11**	(13.691.308)	(10.024.226)
Outros créditos	**12**	112.510	14.038.981
Ativos Fiscais		6.616.500	5.573.620
Correntes		813.021	1.067.401
Diferidos	**25**	5.803.479	4.506.219
Investimentos em participações em controladas	**13**	4.652.555	4.723.102
Imobilizado de uso		39.878	38.883
Intangível		145.304	117.387
Depreciações e amortizações		(32.050)	(19.377)
Total do Ativo		**147.098.896**	**139.740.278**
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		129.373.147	107.553.206
Depósitos	**14**	115.800.925	103.381.680
Recursos de aceites e emissão de títulos	**15**	5.335.809	1.049.484
Dívidas subordinadas	**16**	3.330.297	2.099.584
Instrumentos financeiros derivativos passivos	**8**	39.689	242
Obrigações por operações compromissadas	**17**	4.866.427	1.022.216
Outras obrigações	**18**	958.479	16.324.428
Provisões legais e contingências passivas	**19**	6.915	2.829
Obrigações fiscais		4.378.106	5.852.685
Correntes		4.378.106	5.810.068
Diferidos	**25**	-	42.617
Total do Passivo		**134.716.647**	**129.733.148**
Patrimônio líquido	**21**	**12.382.249**	**10.007.130**
Capital social		5.303.748	5.303.748
Reservas de capital		125.103	92.565
Reservas de lucros		2.621.240	4.574.324
Outros resultados abrangentes		36.526	36.493
Lucros acumulados		4.295.632	-
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**147.098.896**	**139.740.278**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da intermediação financeira	**22**	**21.312.766**	**12.247.154**
Receita de operações de crédito		17.796.774	9.444.176
Resultado de títulos e valores mobiliários		1.837.152	1.499.298
Resultado de depósitos compulsórios e outros depósitos com o Banco Central		1.678.840	1.303.680
Despesas da intermediação financeira	**23**	**(5.422.094)**	**(4.300.274)**
Despesa de juros e similares		(5.308.778)	(4.239.114)
Despesa com tarifas e similares		(78.549)	(47.822)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos		(34.767)	(13.338)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		**15.890.672**	**7.946.880**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**11**	(6.088.962)	(3.750.659)
Resultado de intermediação financeira		**9.801.710**	**4.196.221**
Outras receitas/despesas operacionais	**24**	**(2.648.662)**	**(1.384.134)**
Outras despesas relacionadas a crédito		(236.311)	(192.316)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(205.225)	(119.946)
Despesas de pessoal		(457.468)	(330.349)
Despesas tributárias		(788.870)	(393.036)
Despesas de provisões legais		(4.086)	(1.695)
Outras despesas administrativas		(818.180)	(340.090)
Resultado de participações em controladas		(86.104)	12.378
Outras receitas operacionais		712	933
Outras despesas operacionais		(53.130)	(20.013)
Resultado antes dos tributos		**7.153.048**	**2.812.087**
Tributos sobre o lucro	**25**	**(2.857.416)**	**(1.118.595)**
Provisão para imposto de renda		(2.606.541)	(1.368.868)
Provisão para contribuição social		(1.590.526)	(824.384)
Impostos diferidos		1.339.651	1.074.657
Resultado líquido		**4.295.632**	**1.693.492**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Resultado líquido		**4.295.632**	**1.693.492**
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	**7**	**(339)**	**4.534**
Variação de valor justo		(565)	7.555
Imposto diferido	**25**	226	(3.021)
Outros resultados abrangentes - reflexo de controlada	**13**	**372**	**1.095**
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda		**(30)**	**601**
Variação de valor justo		(62)	1.001
Imposto diferido		32	(400)
Hedge de Fluxo de Caixa		**402**	**494**
Parcela efetiva das mudanças no valor justo		669	823
Imposto diferido		(267)	(329)
Total de Outros resultados abrangentes		**33**	**5.629**
Resultado abrangente líquido		**4.295.665**	**1.699.121**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2022		**4.008.405**	**66.340**	**1.406.954**	**21.583**	**-**	**5.503.282**
Aumento de capital	**21**	1.295.343	-	(1.295.343)	-	-	-
Pagamento baseados em ações, líquido de ações retidas para impostos de funcionários	**12**	-	16.139	-	-	-	16.139
Outorgas de plano de ações - reflexo de controlada	**13**	-	(4.398)	-	-	-	(4.398)
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	**7**	-	-	-	4.534	-	4.534
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa - reflexa de controlada		-	-	-	494	-	494
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda - reflexo de controlada		-	-	-	601	-	601
Resultado do semestre		-	-	-	-	1.693.492	1.693.492
Saldo em 30/06/2023		**5.303.748**	**78.081**	**111.611**	**27.212**	**1.693.492**	**7.214.144**
Mutações no período		**1.295.343**	**11.741**	**(1.295.343)**	**5.629**	**1.693.492**	**1.710.862**
Saldo em 31/12/2023		**5.303.748**	**92.565**	**4.574.324**	**36.493**	**-**	**10.007.130**
Pagamento baseados em ações, líquido de ações retidas para impostos de funcionários	**21**	-	17.353	-	-	-	17.353
Outorgas de plano de ações - reflexo de controlada	**13**	-	15.185	-	-	-	15.185
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	**7**	-	-	-	(339)	-	(339)
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa - reflexa de controlada		-	-	-	402	-	402
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda - reflexo de controlada		-	-	-	(30)	-	(30)
Resultado do semestre		-	-	-	-	4.295.632	4.295.632
Destinações:							
Dividendos		-	-	(1.953.084)	-	-	(1.953.084)
Saldo em 30/06/2024		**5.303.748**	**125.103**	**2.621.240**	**36.526**	**4.295.632**	**12.382.249**
Mutações no período		**-**	**32.538**	**(1.953.084)**	**33**	**4.295.632**	**2.375.119**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre		4.295.632	1.693.492
Ajustes ao resultado líquido:			
Depreciação/amortização	**24**	12.689	5.603
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**11**	7.353.566	4.327.183
Ajuste a valor de mercado de hedge de portfólio	**22**	3.550	(15.254)
Tributos diferidos	**25**	(1.339.651)	(1.074.657)
Resultado de participação em controladas	**13**	86.104	(12.378)
Despesas de provisões legais	**24**	4.086	1.695
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários		149.209	8.459
Variação de valor justo de instrumentos financeiros passivos	**16**	(1.211)	(1.205)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		36.762	1.574
Despesa de juros com títulos emitidos	**23**	341.336	131.906
Plano de ações		18.936	17.586
Resultado ajustado		**10.961.008**	**5.084.004**
Aumento/redução líquido de ativos e passivos operacionais:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(45.115)	-
Títulos e valores mobiliários		(4.860.857)	9.933.708
Relações interfinanceiras		432.297	(6.727.192)
Operações de crédito adquiridas		1.867.405	1.167.424
Operações de crédito		(32.386.820)	(17.169.897)
Juros recebidos sobre operações de crédito		13.928.744	6.728.697
Outros créditos		920.538	3.564.903
Ativos fiscais correntes		254.380	123.289
Depósitos		12.419.245	4.621.798
Outras obrigações		(1.861.599)	(3.935.239)
Obrigações fiscais correntes		3.914.447	2.089.535
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(5.346.409)	(2.224.935)
Pagamento de juros sobre obrigações por operações compromissadas	**17**	(265.176)	126.587
Obrigações por operações compromissadas	**17**	4.109.387	1.704.398
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		**4.041.475**	**5.087.080**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(27.933)	(44.702)
Aquisição de imobilizado		(995)	(20.025)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento		**(28.928)**	**(64.727)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de dívidas emitidas	**15 e 16**	5.176.913	110.000
Pagamento de dividendos		(2.453.084)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		**2.723.829**	**110.000**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**5**	15.590.005	12.916.016
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	**5**	22.326.381	18.048.369
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**6.736.376**	**5.132.353**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Financeira S.A. - SCFI (“Companhia” ou “Nu Financeira”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 – São Paulo – Brasil.

A Nu Financeira tem por objetivo a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento permitidas de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia foi constituída em fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em junho de 2018 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em novembro de 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nu.

A Companhia é parte do Grupo Nu , o qual possui como controladora final a entidade Nu Holdings.

A Companhia opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas Demonstrações Contábeis devem ser consideradas nesse contexto.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos

e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 13 de agosto de 2024.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; estimativa do valor justo dos benefícios dos planos de ações; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; realização do crédito tributário; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias a contar da data de aquisição, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados para relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Contabilidade de hedge

A Companhia aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é

designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição à alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os instrumentos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia puder esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

(i.a) Contabilização do hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do hedge que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios de designação de hedge de risco de mercado, a estratégia é descontinuada e o valor justo dos objetos protegidos permanecem registrados no Balanço Patrimonial, sendo incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente através de uma nova taxa de juros.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e

se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.
O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos,

controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, sejam eles provenientes do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínimo requerido. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da Companhia, levando em consideração as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão mínima) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático de acordo com as definições da Resolução nº 4.557/17 do CMN, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos internos de perda, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

As operações são registradas e contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, sendo:

Operação com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios

São operações em que a instituição vendedora retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, isto é, quando sua exposição à variação no valor presente do fluxo de caixa futuro esperado não é alterada significativamente.

Os valores pagos na operação são registrados no ativo, como direito a receber da instituição vendedora, e as receitas são apropriadas ao resultado pelo prazo remanescente da operação.

Operação com transferência substancial dos riscos e benefícios

São operações em que a instituição vendedora transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, isto é, quando sua exposição à variação no valor presente do fluxo de caixa futuro esperado é reduzida significativamente.

O ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago e o resultado da negociação é apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação.

h. Outros créditos

Além de outros valores a receber, a rubrica "Outros créditos" no Balanço Patrimonial é composta substancialmente por:

Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidação futura de serviços ou produtos entre a Companhia e suas contrapartes, que podem ser terceiros ou partes relacionadas.

i. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, principalmente sistemas de software, são capitalizados a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar, entre outras, sua viabilidade técnica, intenção de conclusão, capacidade de uso e pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis dos ativos intangíveis devem ser ajustados pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorreu.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis.

k. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos são desdobrados em valor do patrimônio líquido na época da aquisição e ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações. O ágio ou deságio é identificado em função do seu fundamento econômico, como (i) diferença entre o valor de mercado dos ativos adquiridos e o valor contábil, (ii) valor de rentabilidade, com base em previsão dos resultados futuros; e (iii) fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

O ágio ou deságio, com fundamento na diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos adquiridos deve ser amortizado no exercício social em que os bens que o justificaram forem baixados por alienação ou perecimento, ou nos

exercícios sociais em que seu valor for realizado por depreciação, amortização ou exaustão; e ágios com base na expectativa de rentabilidade futura são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. Os investimentos, inclusive os ágios, são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

l. Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na Conta do Nubank, cuja remuneração é de 100% do CDI, a partir do trigésimo primeiro dia, contando também com o recebimento do rendimento retroativo dos trinta dias iniciais sobre o saldo depositado e não movimentado, e é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem, substancialmente, aos montantes vinculados a depósitos compulsórios do BACEN, e também a direitos reconhecidos pelo método de taxa efetiva de juros, relativos a valores a receber de instituições emissoras de instrumento de pagamento relativos a transações de pagamentos.

n. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de

perda como:

- **Provável**: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível**: divulgados nas demonstrações contábeis, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto**: não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

p. Pagamentos baseado em ações

O Grupo mantém um plano de incentivos de longo prazo, estruturado por meio de outorga de opções de ações (“SOPs”), Restricted Stock Units (“RSUs”) e outras transações ("contingent shares awards") com pagamento baseado em ações vinculadas às condições de mercado. O objetivo é proporcionar aos colaboradores do Grupo a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, criando um maior alinhamento dos interesses dos colaboradores chave com os dos acionistas e permitindo ao Grupo atrair e reter colaboradores chave. Esses pagamentos com base em ações são classificados como transações de pagamento com base em ações liquidadas com ações.

Antes da data do IPO, o preço da ação usado como entrada nos modelos Black-Scholes e Monte Carlo e para as RSUs era calculado usando um ou uma combinação de um modelo de fluxo de caixa descontado (CFM) e um modelo de precificação de opção (OPM) baseado principalmente nas transações de preços de ações preferenciais anteriores. O dividendo esperado foi determinado como zero, pois a Companhia não espera pagá-lo em um futuro próximo e os detentores de SOPs, RSUs e Prêmios não têm direito a dividendos. A Companhia aplicou um desconto pela impossibilidade de comercialização, calculado com base no modelo Finnerty, aos resultados dos modelos para refletir a falta de um mercado público ou ativo para a venda das ações. Após a data do IPO, o valor justo dos RSUs concedidos é determinado com base no preço da ação negociada.

Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo para SOPs e RSUs e às condições de mercado das outras transações. O Grupo reconhece as despesas de forma acelerada *("graded")* considerando as diversas tranches individuais de aquisição dos SOPs e RSUs.

O Grupo revisa sua estimativa do número de SOPs e RSUs que serão adquiridos com base na experiência histórica pelo menos uma vez por ano. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido. O período de aquisição esperado das outras transações não é revisado subsequentemente e as despesas são registradas independentemente de essa condição de mercado ser satisfeita.

q. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As principais receitas e despesas da Companhia estão assim representadas na demonstração do resultado:

- Receita de operação de crédito: Registrar as rendas de operação de créditos, que constituam receita efetiva da Companhia, no período.

- Resultado de títulos e valores mobiliários: Registrar as rendas de operação e as variações de mercado, positivas ou negativas, de títulos e valores mobiliários, que constituem o resultado efetivo da instituição, no período.

- Despesa de juros e similares: Registrar as despesas com captação da Companhia no período, composta principalmente pela remuneração dos depósitos da Conta do Nubank e por despesas de juros com títulos emitidos pela Companhia.

r. Imposto de renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes originam-se dos tributos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R$240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a Contribuição Social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

s. Resultado não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os

resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 29.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer julgamentos, estimativas e premissas da administração que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, conforme mencionado na nota 2. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; e as estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia reconhece provisão complementar para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito adicionais à provisão mínima com base nos critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tal provisão representa as melhores estimativas da administração referente às perdas esperadas na data dessas demonstrações contábeis, considerando que o montante total da mesma atenderá o mínimo requerido pela Res. 2682/99, conforme nota 3f.

A administração realiza análise na sua carteira de crédito para determinar indícios de redução no valor recuperável e para avaliar a adequação da provisão com base em tendências históricas e atuais, bem como outros fatores que afetam as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principais julgamentos

Os principais julgamentos realizados pela administração em vista da provisão complementar:

a) Definição de inadimplência
b) Estimativas e informações prospectivas
c) Probabilidade de inadimplência
d) Valor esperado da exposição no momento da inadimplência
e) Valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência
f) Perda de crédito final, dado o evento da inadimplência

Análise de sensibilidade

A metodologia de cálculo de provisão leva em consideração expectativas e projeções de indicadores macroeconômicos do país em diferentes condições. Cenários econômicos carregam uma incerteza de concretização, desta maneira, é atribuída uma ponderação para a probabilidade de cada um dos cenários macroeconômicos se materializarem, o valor contábil é a média ponderada desses

cenários pela probabilidade de cada um se realizar. A tabela abaixo detalha o valor de provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito tomando como base a aplicação de uma ponderação de 100% para cada cenário.

	Valor contábil	Otimista	Moderado	Pessimista
Provisão total	13.691.308	12.918.873	13.609.709	14.844.543

Perdas de crédito em outros instrumentos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros classificados como títulos e valores mobiliários e em valores a receber - credenciadoras que representam a melhor estimativa de provisão da administração em cada data de relatório.

A administração realiza uma análise dessas exposições para determinar se ocorreram perdas de crédito e para avaliar a adequação da provisão com base nas tendências históricas e atuais, bem como em outros fatores que afetam as perdas de crédito.

Principais julgamentos

Os julgamentos críticos feitos pela administração ao aplicar a metodologia de provisão para perdas de crédito esperadas para exposição corporativa são:

a) Definição de inadimplência;
b) Definição de aumento significativo do risco de crédito e da vida útil; e
c) Período de lookback utilizado para estimação dos parâmetros (probabilidade de inadimplência, exposição na inadimplência e perda dada a inadimplência).

b. Pagamento baseado em ações

O Grupo mensura os custos das transações com colaboradores elegíveis a pagamentos baseados em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo dos instrumentos outorgados após o IPO é baseado no valor de negociação das ações na bolsa de valores já para aqueles outorgados antes do IPO, a estimativa do valor justo das transações de pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições de cada outorga. A avaliação das ações ordinárias considerou um ou uma combinação de um modelo de fluxo de caixa descontado e um modelo reverso de precificação de opções e baseou-se substancialmente nos preços de transações anteriores de ações preferenciais. Esta estimativa também requer a determinação dos dados mais adequados para as opções e modelos de avaliação das RSUs para determinar o valor justo das ações ordinárias, incluindo a vida útil esperada, volatilidade e rendimento de dividendos para o modelo Black-Scholes aplicado aos SOPs, cumprimento das condições de mercado para outras transações com pagamento baseado em ações, taxas de

desconto e descontos pela falta de comercialização para RSUs.

Principais julgamentos

Antes da data do IPO, os valores justos das opções de compra de ações e RSUs levam em consideração, entre outras coisas, os termos do contrato e dados observáveis de mercado, que incluem uma série de fatores e julgamentos da administração, conforme divulgado acima. Ao exercer esse julgamento, uma variedade de ferramentas é usada, incluindo dados observáveis comparáveis, dados históricos e técnicas de extrapolação. As técnicas de extrapolação consideram as características comportamentais dos mercados de ações que foram observados ao longo do tempo e para os quais há um forte argumento para apoiar a expectativa de uma tendência contínua no futuro. As estimativas são calibradas para preços de mercado observáveis quando se tornam disponíveis.

O Grupo acredita que seus métodos de avaliação são apropriados e consistentes com os de outros participantes do mercado. No entanto, o uso de diferentes métodos de avaliação ou premissas, incluindo imprecisão na estimativa de dados de mercado não observáveis, para determinar o valor justo dos SOPs, RSUs e das outras transações com pagamento baseado em ações pode resultar em diferentes estimativas de valor justo.

c. Provisão legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo e suas subsidiárias são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os casos que representem perdas com uma provável saída de recursos para a liquidação. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões anteriores de tribunais e seu significado jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos.

Principais julgamentos

A provisão representa principalmente a melhor estimativa da administração da responsabilidade futura do Grupo em relação a reclamações cíveis e trabalhistas. É necessário um julgamento significativo por parte da administração para determinar as premissas adequadas, que incluem o nível de reclamações que se espera receber, daquelas, o número que será mantido e corrigido (refletindo as responsabilidades legais e regulatórias, incluindo a determinação da responsabilidade e o efeito de a barra de tempo). A complexidade de tais assuntos frequentemente requer a assistência de profissionais especializados para auxiliar nas avaliações para produzir estimativas.

O valor que é reconhecido como uma provisão também pode ser suscetível às premissas assumidas no cálculo. Isso dá origem a uma ampla gama de resultados potenciais que requerem julgamento na determinação de um nível de provisão apropriado. O Grupo acredita que os seus métodos de avaliação dos passivos contingentes são adequados e consistentes ao longo dos períodos. A administração

acredita que, devido à quantidade atual de perdas e ao valor total envolvido, caso utilizasse premissas diferentes das atualmente utilizadas, não ocorreria impacto material na provisão.

d. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado pelo Grupo por meio de técnicas de avaliação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado.

Principais julgamentos

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou parâmetros de mercado observáveis. Quando os preços cotados e os dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, o julgamento da administração é necessário para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como redução da liquidez nos mercados de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dados observáveis usados para determinar o valor justo. O julgamento significativo da administração pode ser requerido para determinar se certos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. Para essa determinação, o Grupo considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado utilizam para mensurar o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados de mercado observáveis, indicadores de liquidez e nível de atividade do mercado, e a compreensão das técnicas de avaliação e dados significativos usados.

Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, os julgamentos são feitos em relação à importância das entradas do Nível 3 para a medição do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 forem considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo de determinação do valor justo por meio dos dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

Mais informações sobre os *inputs* relevantes não observáveis e outras informações estão divulgadas na nota 26.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	30.492	34.615
Investimentos de curto prazo	1.001	5.022
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	22.294.888	15.550.368
Total	**22.326.381**	**15.590.005**

a. Disponibilidades

	30/06/2024	31/12/2023
Bancos - conta movimento	30.492	34.615
Total	**30.492**	**34.615**

b. Investimentos de curto prazo

	30/06/2024		31/12/2023
	0 - 30 dias	Total	Total
Fundos de investimento	1.001	1.001	5.022
Total	**1.001**	**1.001**	**5.022**

Corresponde a cotas de fundos de investimento em títulos de renda fixa, com liquidez diária.

c. Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	22.294.888	15.550.368
Total	**22.294.888**	**15.550.368**

Os depósitos voluntários no Banco Central do Brasil são realizados com base na resolução nº 129 de agosto de 2021 e são considerados como caixa e equivalentes de caixa por terem prazo de um dia útil. A remuneração destes depósitos é definida pelo Banco Central do Brasil, expressa sob a forma anual considerando-se 252 dias úteis, e divulgada diariamente. O rendimento no primeiro semestre de 2024 e no exercício findo em 2023 foi de 100% do CDI.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2024		31/12/2023
	0 - 30	Total	Total
Depósito interfinanceiro	45.115	45.115	-
Total	**45.115**	**45.115**	**-**

A taxa média das aplicações em 30 de junho de 2024, correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial de juros ("DI").

7. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	31/12/2023
Carteira própria	33.748.021	32.955.372
Vinculados a operações compromissadas	4.881.501	1.024.785
Vinculados a prestação de garantias	203.309	141.591
Total	**38.832.831**	**34.121.748**
Circulante	6.384.051	1.870.811
Não circulante	32.448.780	32.250.937

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	30/06/2024					31/12/2023
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Carteira própria	**33.555.722**	**33.748.021**	**354.652**	**3.395.336**	**29.998.033**	**32.955.372**
Para negociação	2.841.483	2.989.503	-	788	2.988.715	1.567.791
Disponível para venda	28.319.298	28.363.577	354.652	999.607	27.009.318	31.131.847
Mantidos até o vencimento	2.394.941	2.394.941	-	2.394.941	-	255.734
Vinculados à prestação de garantias	**5.071.865**	**5.084.810**	**-**	**-**	**5.084.810**	**1.166.376**
Disponível para venda	5.071.865	5.084.810	-	-	5.084.810	1.166.376
Total	**38.627.587**	**38.832.831**	**354.652**	**3.395.336**	**35.082.843**	**34.121.748**

Não houve reclassificação nos critérios de registro dos títulos e valores mobiliários no semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b. Para negociação

	30/06/2024				31/12/2023
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
Carteira própria	**2.841.483**	**2.989.503**	**788**	**2.988.715**	**1.567.791**
Títulos públicos - Brasil	**2.803.257**	**2.803.772**	**-**	**2.803.772**	**1.501.629**
Letras Financeiras do Tesouro	2.803.257	2.803.772	-	2.803.772	1.501.629
Títulos privados - Brasil	**186.633**	**185.731**	**788**	**184.943**	**66.162**
Debêntures	38.226	37.324	788	36.536	46.772
Notas promissórias	-	-	-	-	19.390
Cotas de fundos de investimento	148.407	148.407	-	148.407	-
Total	**2.841.483**	**2.989.503**	**788**	**2.988.715**	**1.567.791**

c. Disponíveis para venda

	30/06/2024					31/12/2023
	Custo atualizado	**Valor de Mercado**	**Sem vencimento**	**Abaixo de 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Valor de Mercado**
Carteira própria	**28.319.298**	**28.363.577**	**354.652**	**999.607**	**27.009.318**	**31.131.847**
Títulos públicos - Brasil	**26.268.878**	**26.311.768**	**-**	**999.607**	**25.312.161**	**28.634.357**
Letras Financeiras do Tesouro	25.269.274	25.312.161	-	-	25.312.161	28.634.357
Letras do Tesouro Nacional	999.604	999.607	-	999.607	-	-
Títulos privados - Brasil	**2.050.420**	**2.051.809**	**354.652**	**-**	**1.697.157**	**2.497.490**
Cotas de fundos de investimento	367.341	354.652	354.652	-	-	239.867
Debêntures	1.459.904	1.473.968	-	-	1.473.968	2.017.729
Certificado de recebíveis imobiliários	70.351	70.365	-	-	70.365	86.649
Notas comerciais	152.824	152.824	-	-	152.824	153.245
Vinculados a prestação de garantias	**5.071.865**	**5.084.810**	**-**	**-**	**5.084.810**	**1.166.376**
Títulos públicos - Brasil	**202.248**	**203.120**	**-**	**-**	**203.120**	**141.514**
Letras Financeiras do Tesouro	202.248	203.120	-	-	203.120	141.514
Títulos públicos - Vinculados a recompra	**4.869.426**	**4.881.501**	**-**	**-**	**4.881.501**	**1.024.785**
Letras Financeiras do Tesouro	4.869.426	4.881.501	-	-	4.881.501	1.024.785
Títulos privados - Brasil	**191**	**189**	**-**	**-**	**189**	**77**
Debêntures	191	189	-	-	189	76
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	1
Total	**33.391.163**	**33.448.387**	**354.652**	**999.607**	**32.094.128**	**32.298.223**

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, são perdas de R$339 e de ganhos de R$4.534 líquidos de impostos nos semestres findos em 30 de junho de 2024 de 2023, respectivamente.

d. Mantidos até o vencimento

	30/06/2024		31/12/2023
	Custo atualizado / Valor contábil	**Abaixo de 365 dias**	**Custo atualizado / Valor contábil**
Carteira própria	**2.394.941**	**2.394.941**	**255.734**
Títulos públicos - Exterior (i)	2.394.941	2.394.941	255.734
Total	**2.394.941**	**2.394.941**	**255.734**

(i) Refere-se a notas soberanas emitidas pelo Reino da Espanha e Certificados do Tesouro da Federação - CETES emitidos pelo Banco do México.

8. Instrumentos financeiros derivativos

Ativo	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Futuro	509	402
Non-deliverable forward (NDF)	2.578	-
Total	**3.087**	**402**

Passivo	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Futuro	6	2
Non-deliverable forward (NDF)	39.194	240
Swap	489	-
Total	**39.689**	**242**

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	30/06/2024				**31/12/2023**
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total**
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	**-**	**21.373**	**-**	**21.373**	**43.611**
Taxa de juros	-	21.373	-	21.373	43.611
Compromissos de venda	**999.608**	**-**	**67.208**	**1.066.816**	**1.242.147**
Taxa de juros	999.608	-	67.208	1.066.816	1.242.147
Contratos de swaps	**-**	**-**	**18.400**	**18.400**	**53.100**
Taxa de juros	-	-	18.400	18.400	53.100
Contratos de NDF	**1.047.051**	**989.942**	-	**2.036.993**	**-**
Taxa de juros	1.047.051	989.942	-	2.036.993	-
Total	**999.608**	**21.373**	**85.608**	**3.143.582**	**1.338.858**

b. Valores a receber e a pagar de contratos de futuro por fator de risco

	30/06/2024		
	Valor de referência	**Valores a receber**	**Valores a pagar**
Taxa de juros	**1.088.189**	**509**	**6**
Futuro - DI	1.064.292	509	-
Futuro - DAP	23.897	-	6
Total	**1.088.189**	**509**	**6**

	31/12/2023		
	Valor de referência	**Valores a receber**	**Valores a pagar**
Taxa de juros	**1.285.758**	**402**	**242**
Futuro - DI	1.239.594	318	240
Futuro - DAP	46.164	-	2
Futuro - DOL	-	84	-
Total	**1.285.758**	**402**	**242**

Os contratos de futuros são negociados na Bolsa de Valores, tendo como contraparte a própria B3.

No primeiro semestre de 2024 a companhia descontinuou os contratos de futuro DI designados como *hedge accounting* de portfólio de crédito (R$1.171.570 em 31 de dezembro de 2023). Vide letra "e" com maiores detalhes da operação.

Em 30 de junho de 2024 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R$203.120 (R$141.514 em 31 de dezembro de 2023) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Valores a receber e a pagar de contratos de swap por fator de risco

	30/06/2024					
	Valor de referência	**Custo amortizado**		**Valor de mercado**		**Diferencial a Receber/(Pagar)**
		Ponta ativa	**Ponta passiva**	**Ponta ativa**	**Ponta passiva**	
Swap pré x DI	18.400	33.666	33.697	34.349	46.216	(489)
Total	**18.400**	**33.666**	**33.697**	**34.349**	**46.216**	**(489)**

	31/12/2023					
	Valor de referência	**Custo amortizado**		**Valor de mercado**		**Diferencial a Receber/(Pagar)**
		Ponta ativa	**Ponta passiva**	**Ponta ativa**	**Ponta passiva**	
Swap pré x DI	53.100	91.565	93.077	96.442	105.550	(240)
Total	**53.100**	**91.565**	**93.077**	**96.442**	**105.550**	**(240)**

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados com instituições financeiras como contraparte. O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de 30 de junho de 2024 refere-se à variação de mercado do último dia útil do mesmo mês.

d. Valores a receber e a pagar de contratos de NDF por fator de risco

	30/06/2024		
	Valor de referência	**Valores a receber**	**Valores a pagar**
Non-deliverable forward (NDF)			
NDF	2.036.993	2.578	39.194
Total	**2.036.993**	**2.578**	**39.194**

A liquidação dos contratos de NDF ocorre apenas no vencimento do instrumento.

e. Análise dos derivativos designados como hedge de risco de mercado

Hedge de risco de taxa de juros do portfólio de crédito

A companhia mantém carteiras de empréstimos a clientes e refinanciamento de recebíveis de cartões de crédito a taxas de juros fixas, o que cria risco de mercado devido à variação da taxa de referência dos depósitos interbancários brasileiros (CDI). Assim, para proteger o risco de taxa prefixada da variação do CDI, a Companhia contratava contratos futuros de DI para compensar o risco de mercado e aplicava contabilidade de hedge com o objetivo de eliminar diferenças entre a mensuração contábil de seus derivativos e itens protegidos que são ajustados para refletir a variação do CDI para parte do seu portfólio.

A estratégia geral de cobertura da Companhia era reduzir as variações de valor justo da carteira de taxa fixa como se fossem instrumentos de taxa variável ligados às taxas de referência atribuíveis. Dessa forma, para refletir a natureza dinâmica da carteira protegida, a estratégia era reequilibrar os contratos futuros de DI e avaliar o valor alocado pela carteira de crédito. Além disso, a ineficácia podia surgir da disparidade entre os pré-pagamentos esperados e os reais (risco de pré-pagamento).

De acordo com a sua estratégia de cobertura, a companhia calculava o DV01 (*delta value of a basis point* - valor delta de um ponto base) da exposição e dos futuros para identificar a proporção de cobertura ideal e monitorar antecipadamente a relação de cobertura providenciando eventuais reequilíbrios se necessário. A necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI era avaliada, para contrabalançar o ajuste do valor de mercado do item objeto de hedge, visando assegurar eficácia do hedge entre 80% e 125%, conforme determinado na documentação do hedge.

O teste de efetividade do hedge era feito com base prospectiva e retrospectiva. No teste prospectivo, o Grupo comparava o impacto de um deslocamento paralelo de 1 ponto-base na curva de taxa de juros (DV01) no objeto protegido e no valor de mercado do instrumento de hedge. Para o teste retrospectivo, a variação do valor de mercado desde o início do objeto de hedge era comparada com o instrumento de hedge. Em ambos os casos, o hedge era considerado efetivo se a correlação estivesse entre 80% e 125%.

Para hedges de valor justo designados e qualificados, a variação cumulativa no valor justo do instrumento de hedge e do item coberto atribuível ao risco coberto era reconhecida na demonstração do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos". Além disso, a variação acumulada no valor justo do item coberto atribuível ao risco coberto era registrada como parte do valor contábil do objeto de hedge no balanço patrimonial, na rubrica Operações de crédito.

Em fevereiro de 2024 o hedge foi descontinuado, a tabela abaixo apresenta os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023			
	Objeto de hedge		Instrumento de hedge	
	Valor contábil	Ajuste a valor justo	Valor nominal	Ajuste a valor de mercado
Portfólio de cartão de crédito	25.989	158	38.457	(88)
Portfólio de empréstimos	797.524	3.392	1.133.114	(2.855)
Total	**823.513**	**3.550**	**1.171.571**	**(2.943)**

9. Relações interfinanceiras

a. Composição das relações interfinanceiras

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber - Credenciadoras - Partes relacionadas (i) (Nota 20)	9.166.622	9.629.481
Valores a receber - Credenciadoras	5.337.035	8.203.956
Reservas compulsórias - Banco Central	19.134.582	16.237.099
Total	**33.638.239**	**34.070.536**
Circulante	33.638.239	34.070.536
Não circulante	-	-

(i) Refere-se a aquisições de recebíveis de transação de pagamento de sua controladora, cedidos por instituições credenciadoras. Em 30 de junho de 2024, a linha era composta de R$9.338.572 de principal (R$9.788.778 em 31 de dezembro de 2023) descontado por R$171.950 de juros a apropriar (R$159.297 em 31 de dezembro de 2023). O resultado apurado nas negociações para o semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R$516.530 (R$351.150 em 30 de junho de 2023), reconhecido na rubrica "Receitas de operações de crédito" da demonstração do resultado.

b. Abertura de prazos das relações interfinanceiras

	30/06/2024			31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Valores a receber - Credenciadoras - Partes relacionadas (Nota 20)	6.816.983	2.349.639	9.166.622	9.629.481
Valores a receber - Credenciadoras	3.756.120	1.580.915	5.337.035	8.203.956
Reservas compulsórias - Banco Central	19.134.582	-	19.134.582	16.237.099
Total	**29.707.685**	**3.930.554**	**33.638.239**	**34.070.536**

10. Operações de crédito adquiridas

	30/06/2024			31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Operações de crédito adquiridas - Partes relacionadas (Nota 20)	367.339	1.333.383	1.700.722	3.568.127
Total	**367.339**	**1.333.383**	**1.700.722**	**3.568.127**

Refere-se a aquisição, sem transferência de riscos e benefícios, de transações de pagamento, vincendas, presentes e futuras, negociadas com a sua controladora. As rendas das operações de crédito adquiridas, apresentadas na linha do resultado de

receita de operações de crédito, foram de R$164.860 em 30 de junho de 2024 (R$373.387 em 30 de junho de 2023).

11. Operações de crédito

a. Composição das operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024		31/12/2023	
	Carteira	**Provisão**	**Carteira**	**Provisão**
Modalidades de crédito				
Empréstimos	27.719.176	(5.487.385)	19.373.113	(3.839.710)
Cartão de crédito	24.958.147	(8.203.923)	18.553.920	(6.184.516)
Empréstimo com partes relacionadas (Nota 20)	50.931	-	24.826	-
Total bruto das operações de crédito	**52.728.254**	**(13.691.308)**	**37.951.859**	**(10.024.226)**
Desconto em operações de aquisição de ativos financeiro (i)	(19.122)	-	(14.319)	-
Hedge portfólio (ii)	-	-	3.550	-
Total das operações de crédito	**52.709.132**	**(13.691.308)**	**37.941.090**	**(10.024.226)**
Circulante	47.589.205	(12.913.606)	35.320.689	(9.488.856)
Não circulante	5.119.927	(777.702)	2.620.401	(535.370)

(i) Refere-se a diferença entre o valor contratual e o preço de aquisição de ativos financeiros, baixados integralmente pela instituição cedente, que é apropriado à rubrica "Reversão de provisão para perdas esperadas em operações de crédito adquiridas" no resultado, conforme nota 11.f; em função do prazo remanescente da operação.
(ii) Refere-se a contratos que são objeto de hedge contábil, conforme nota 8.

A partir de maio de 2021, o Nu passou a oferecer o produto de cartão de crédito para pessoas jurídicas e a partir de setembro de 2023 empréstimos para pessoas jurídicas, predominantemente microempreendedores individuais. Em 30 de junho de 2024, os saldos registrados como cartão de crédito e provisão para esta modalidade eram de R$303.308 e R$94.627 (R$119.791 e R$42.438 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, e para empréstimos de pessoa jurídica eram de R$632.637 e R$175.603 (R$ 133.305 e R$15.784 em 31 de dezembro de 2023).

b. Composição das operações de crédito por vencimento

	30/06/2024	31/12/2023
Curso Normal	**39.935.322**	**28.651.844**
Parcelas vencidas	**1.251.297**	**906.051**
Até 14 dias	1.251.297	906.051
Parcelas a vencer	**38.684.025**	**27.745.793**
Até 3 meses	21.293.409	16.104.777
3 a 6 meses	7.133.319	5.255.587
6 a 12 meses	5.558.259	4.027.895
Acima de 12 meses	4.699.038	2.357.534

	30/06/2024	31/12/2023
Curso Anormal	**12.792.932**	**9.300.015**
Parcelas vencidas	**9.393.653**	**7.023.379**
Acima de 14 dias	9.393.653	7.023.379
Parcelas a vencer	**3.399.279**	**2.276.636**
Até 3 meses	1.495.924	1.016.632
3 a 6 meses	805.179	537.601
6 a 12 meses	677.287	459.536
Acima de 12 meses	420.889	262.867
Total	**52.728.254**	**37.951.859**

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco – Resolução nº 2.682/99 do CMN

A tabela abaixo apresenta o saldo total das operações de acordo com a classificação de risco atribuída para tal operação.

	30/06/2024			31/12/2023		
Nível	**Curso Normal**	**Curso Anormal**	**Total**	**Curso Normal**	**Curso Anormal**	**Total**
AA	50.931	-	50.931	24.826	-	24.826
A	34.535.741	-	34.535.741	25.132.365	-	25.132.365
B	1.539.707	738.781	2.278.488	1.126.578	580.573	1.707.151
C	1.567.530	1.396.368	2.963.898	1.020.799	1.111.105	2.131.904
D	889.624	1.488.320	2.377.944	550.234	1.105.336	1.655.570
E	335.752	1.215.120	1.550.872	201.389	923.464	1.124.853
F	190.934	1.364.117	1.555.051	107.333	848.673	956.006
G	147.302	1.367.594	1.514.896	82.682	752.426	835.108
H	677.801	5.222.632	5.900.433	405.638	3.978.438	4.384.076
Total	**39.935.322**	**12.792.932**	**52.728.254**	**28.651.844**	**9.300.015**	**37.951.859**

d. Classificação das operações de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

	30/06/2024				
Nível de Risco	**Curso Normal**	**Curso Anormal**	**Total**	**Provisão Total**	**Índice de cobertura %**
1	4.303.598	566	4.304.164	(12.781)	0,3%
2	7.900.663	1.770	7.902.433	(101.524)	1,3%
3	15.479.765	14.300	15.494.065	(761.051)	4,9%
4	5.789.124	44.148	5.833.272	(658.508)	11,3%
5	6.462.172	12.732.148	19.194.320	(12.157.444)	63,3%
Total	**39.935.322**	**12.792.932**	**52.728.254**	**(13.691.308)**	**25,97%**

	31/12/2023				
Nível de Risco	**Curso Normal**	**Curso Anormal**	**Total**	**Provisão Total**	**Índice de cobertura %**
1	3.376.969	7.465	3.384.434	(10.303)	0,3%
2	5.793.114	51.431	5.844.545	(78.057)	1,3%
3	11.451.293	126.838	11.578.131	(575.415)	5,0%
4	3.915.978	121.912	4.037.890	(491.018)	12,2%
5	4.114.490	8.992.369	13.106.859	(8.869.433)	67,7%
Total	**28.651.844**	**9.300.015**	**37.951.859**	**(10.024.226)**	**26,4%**

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade destes no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

Durante o ciclo, as estimativas dos parâmetros usados dentro do modelo interno de provisão podem sofrer atualizações que incluem a calibragem dos parâmetros, refletindo as mudanças nas políticas de concessão da Companhia e estratégias de cobrança, bem como a inclusão de dados mais recentes de risco e recuperações.

A proporção de operações classificadas em curso anormal, bem como do índice de cobertura, são associados majoritariamente à expansão da carteira de crédito no período, tanto nas operações de cartão de crédito, quanto de empréstimo pessoal, que maturam para níveis de atraso maiores.

Os grupos de risco discriminados na tabela acima são classificados de acordo com a probabilidade de inadimplência atribuída às operações de crédito por modelo interno. Além da probabilidade de inadimplência, o nível de provisionamento leva em consideração o valor esperado da exposição no momento da inadimplência e o valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos mencionados:

Nível de risco	**Probabilidade de inadimplência**
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo no início do semestre	**(10.024.226)**	**(5.783.865)**
(Constituição)/reversão de provisão	(7.353.566)	(4.327.183)
Reversão da provisão para perdas esperadas de crédito de carteira adquirida (i)	(126.344)	(25.980)
Créditos baixados para prejuízo	3.812.828	2.441.137
Saldo no final do semestre	**(13.691.308)**	**(7.695.891)**

(i) Refere-se à parcela de risco de crédito existente no valor justo da operação no momento da aquisição.

f. Despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
(Constituição)/reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(7.353.566)**	**(4.327.183)**
Reversão de provisão para perdas esperadas em operações de crédito adquiridas	843.255	411.868
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	421.349	164.656
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(6.088.962)**	**(3.750.659)**

Em março de 2020, a Companhia passou a emitir operações com incidência de juros (Cédula de Crédito - CCB) referentes aos recebíveis das operações de cartão de crédito dos clientes da Nu Pagamentos, sua Controladora. O volume de emissões aumentou gradualmente e, a partir de outubro de 2020, todas as novas operações passaram a ser emitidas pela Companhia para aqueles clientes que não possuíam qualquer outra CCB de transações de cartão de crédito em aberto.

No caso de clientes que já possuem CCBs ativas, ou seja, que já se encontram com algum tipo de financiamento em aberto (rotativo, atraso de pagamento de fatura, acordos e etc.), a Nu Pagamentos passou a ceder os recebíveis para a Companhia, com transferência substancial dos riscos e benefícios, pelo seu valor justo, visto que esses clientes apresentam uma maior deterioração do risco de crédito.

A Companhia obtém o valor justo dos créditos através da subtração entre o valor bruto e o valor do desconto apurado para cada CCB. O valor bruto corresponde ao valor presente dos créditos, considerando os juros apropriados até a data-base da cessão, de acordo com o artigo 9º da Resolução 2.682 do CMN de 21 de dezembro de 1999. O valor do desconto equivale à somatória do montante total das perdas associadas ao risco de crédito na data da cessão e do valor de custo de capital da Nu Financeira.

As operações de cessão a valor justo, retratadas acima, estão apresentadas dentro da modalidade cartão de crédito. O valor do desconto é apresentado de forma segregada, onde a parcela que se refere à provisão calculada na data base da cessão integra o total de provisão para perdas associadas ao risco de crédito do produto cartão de crédito e suas respectivas movimentações

(constituição/reversão), já a parcela relativa ao montante de custo de capital é apresentada em "Operações de crédito" e apropriada ao resultado de acordo com a fluência do prazo do contrato original e compõe a divulgação de transações com partes relacionadas (Nota 20).

g. Operações renegociadas

O saldo de operações de acordos e renegociações de saldos de empréstimos e cartão de crédito foi de R$11.994.316 em 30 de junho de 2024 e R$8.646.138 em 31 de dezembro de 2023.

12. Outros créditos

	30/06/2024	31/12/2023
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 20)	105.383	14.035.273
Despesas antecipadas	1.372	871
Diversos	5.205	2.669
Depósitos judiciais	550	168
Total	**112.510**	**14.038.981**
Circulante	111.960	14.038.813
Não circulante	550	168

(i) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua controladora, decorrentes de operações com os clientes do Grupo. Os valores são acumulados em finais de semana e feriados, ou seja, só são liquidados em dias úteis.

13. Investimentos em participações em controladas

	30/06/2024								
	Participação direta	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Resultado líquido do semestre**	**Resultado abrangente do semestre**	**Valor contábil do investimento**
Nu DTVM	100%	84.913	4.596.234	28.592	4.787.000	4.652.555	(86.104)	372	4.652.555
Total geral		**84.913**	**4.596.234**	**28.592**	**4.787.000**	**4.652.555**	**(86.104)**	**372**	**4.652.555**

	31/12/2023						30/06/2023		31/12/2023
	Participação direta	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Resultado líquido do semestre**	**Resultado abrangente do semestre**	**Valor contábil do investimento**
Nu DTVM	100%	89.414	4.668.429	34.741	4.787.000	4.723.102	12.378	1.095	4.723.102
Total geral		**89.414**	**4.668.429**	**34.741**	**4.787.000**	**4.723.102**	**12.378**	**1.095**	**4.723.102**

Movimentação dos investimentos

	Nu DTVM
Saldo em 31/12/2023	**4.723.102**
Resultado de participações em controladas	(86.104)
Plano de ações	15.185
Outros resultados abrangentes	372
Saldo em 30/06/2024	**4.652.555**

14. Depósitos

a. Composição dos depósitos

	30/06/2024	31/12/2023
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	113.544.834	102.176.675
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.256.091	1.205.005
Total	**115.800.925**	**103.381.680**
Circulante	114.693.089	102.464.993
Não circulante	1.107.836	916.687

b. Abertura por vencimento

	30/06/2024				31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Recibo de Depósito Bancário (RDB) (i)	109.427.167	3.201.019	916.648	113.544.834	102.176.675
Certificado de Depósito Bancários (CDB)	597.465	1.467.438	191.188	2.256.091	1.205.005
Total	**110.024.632**	**4.668.457**	**1.107.836**	**115.800.925**	**103.381.680**

(i) Os depósitos são uma opção de investimento dentro da "Conta do Nubank" e podem ter liquidez diária ou vencimento futuro definido.

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

a. Composição dos recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2024	31/12/2023
Instrumentos de dívida emitidos		
Letras financeiras	5.335.809	1.049.484
Total	**5.335.809**	**1.049.484**
Circulante	91.417	-
Não circulante	5.244.392	1.049.484

b. Abertura por vencimento

	30/06/2024			31/12/2023
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Instrumentos de dívida emitidos				
Letras financeiras	91.417	5.244.392	5.335.809	1.049.484
Total	**91.417**	**5.244.392**	**5.335.809**	**1.049.484**

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia emitiu letras financeiras com vencimentos entre junho de 2025 e julho de 2027, indexadas ao CDI com spread de 0,7% a.a. até 1,8% a.a.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	31/12/2023	30/06/2024		
	Saldo inicial	**Captação**	**Juros**	**Saldo final**
Instrumentos de dívida emitidos				
Letras financeiras	1.049.484	4.134.659	151.666	5.335.809
Total	**1.049.484**	**4.134.659**	**151.666**	**5.335.809**

16. Dívidas subordinadas

a. Composição das dívidas subordinadas

	30/06/2024	31/12/2023
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos		
Letras financeiras subordinadas (i)	20.537	20.525
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20) (ii)	3.309.760	2.079.059
Total	**3.330.297**	**2.099.584**
Circulante	-	-
Não circulante	3.330.297	2.099.584

(i) Instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia que possuem opção de recompra a partir de 2024, juros fixos (12,80% a.a.), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência.
(ii) Instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia que possuem opção de recompra a partir de 2027, juros fixos (12,80% a.a. a 17,32% a.a.) e outra com juros flutuante +spread (100% DI +2,15% a.a. a 4,62% a.a), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível I do Patrimônio de Referência.

b. Abertura por vencimento

	30/06/2024		31/12/2023
	Acima de 12 meses	**Total**	**Total**
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos			
Letras financeiras subordinadas	20.537	20.537	20.525
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20)	3.309.760	3.309.760	2.079.059
Total	**3.330.297**	**3.330.297**	**2.099.584**

c. Movimentação dos títulos emitidos

	31/12/2023				30/06/2024
	Saldo inicial	**Captação**	**Juros**	**Marcação a mercado**	**Saldo final**
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	**2.099.584**	**1.042.254**	**189.670**	**(1.211)**	**3.330.297**
Letras financeiras subordinadas (nota 23)	20.525	-	1.224	(1.211)	20.538
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20)	2.079.059	1.042.254	188.446	-	3.309.759
Total	**2.099.584**	**1.042.254**	**189.670**	**(1.211)**	**3.330.297**

	31/12/2022				30/06/2023
	Saldo inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Saldo final
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	**1.703.716**	**-**	**131.488**	**(1.205)**	**1.833.999**
Letras financeiras subordinadas (nota 23) (i)	67.570	(95.596)	49.817	(1.205)	20.586
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 20)	1.636.146	95.596	81.671	-	1.813.413
Total	**1.703.716**	**-**	**131.488**	**(1.205)**	**1.833.999**

(i) Em 2023 ocorreram recompras das Letras financeiras subordinadas efetuadas pelo seu controlador indireto, o Internet Fundo de Investimento Multiestratégia.

Em 30 de junho de 2024, os títulos emitidos são indexados a taxas de juros pré-fixadas de 12,80% a 17,32% mais 100% do CDI e 2,15% a 4,62% (30 de junho de 2023 12,80% a 17,32%).

17. Obrigações por operações compromissadas

a. Composição das obrigações por operações compromissadas e abertura por vencimento

	30/06/2024		31/12/2023
	1 - 30 dias	Total	Total
Recompras a liquidar - Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	3.466.430	3.466.430	1.022.216
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 20)	1.399.997	1.399.997	-
Total	**4.866.427**	**4.866.427**	**1.022.216**

b. Movimentação das obrigações por operações compromissadas

	31/12/2023			Pagamentos		30/06/2024
	Saldo inicial	Captação	Juros	Principal	Juros	Saldo final
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	1.022.216	493.317.444	201.460	(490.873.230)	(201.460)	3.466.430
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 20)	-	152.099.367	63.716	(150.699.370)	(63.716)	1.399.997
Total	**1.022.216**	**645.416.811**	**265.176**	**(641.572.600)**	**(265.176)**	**4.866.427**

	31/12/2022			Pagamentos		30/06/2023
	Saldo inicial	**Captação**	**Juros**	**Principal**	**Juros**	**Saldo final**
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	1.041.518	96.941.584	49.938	(97.289.594)	(49.938)	693.508
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 20)	3.222.997	153.092.624	76.649	(150.913.629)	(76.649)	5.401.992
Total	**4.264.515**	**250.034.208**	**126.587**	**(248.203.223)**	**(126.587)**	**6.095.500**

18. Outras obrigações

	30/06/2024	31/12/2023
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 20)	540.431	15.354.209
Dividendos a pagar - Partes relacionadas (Nota 20)	-	500.000
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 20)	224.899	231.874
Valores a pagar - Fornecedores diversos	22.021	95.831
Diversos	54.256	88.017
Provisões com folha de pagamento	52.908	36.185
Fiscais e previdenciárias	63.964	18.312
Total	**958.479**	**16.324.428**
Circulante	958.479	16.324.428
Não circulante	-	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do Grupo.

19. Provisões legais e contingências passivas

	30/06/2024	31/12/2023
Cível	6.915	2.815
Trabalhista	-	14
Total	**6.915**	**2.829**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi

divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

a. Provisão para obrigações legais

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, possui em 30 de junho de 2024 provisão no montante de R$6.915 (R$2.829 em 31 de dezembro de 2023), considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis em curso.

b. Movimentação das provisões

	30/06/2024			31/12/2023		
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Total**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo inicial	**2.815**	**14**	**2.829**	**235**	**-**	**235**
Constituição	11.077	-	11.077	6.124	14	6.138
Atualização monetária	260	-	260	154	-	154
(Baixa/reversão)	(7.237)	(14)	(7.251)	(3.698)	-	(3.698)
Saldo final	**6.915**	**-**	**6.915**	**2.815**	**14**	**2.829**

c. Contingências possíveis

Existem processos trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R$137 e R$109, respectivamente em 30 de junho de 2024, R$2.268 e R$3.224 em 31 de dezembro de 2023.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R$550 em 30 de junho de 2024 e R$168 em 31 de dezembro de 2023.

20. Partes relacionadas

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo ao qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações mais relevantes da Companhia com partes relacionadas resumem-se em operação de aquisição de recebíveis de transações de pagamento; emissão de letras financeiras; compartilhamento de despesas e prestação de serviços e outros valores pendentes de liquidação entre a Companhia e sua Controladora Nu Pagamentos e outras empresas do Grupo. Durante o primeiro semestre de de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em função do crescimento das atividades da Companhia e alocação de recursos no Grupo, a Companhia absorveu

um volume maior de despesas operacionais.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite empréstimos e recebe depósitos de administradores, diretores e acionistas do Nu. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento. Desta forma, as operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	**29.525**	**27.191**
Disponibilidades - Nu Pagamentos - Controladora	29.525	27.191
Relações interfinanceiras	**9.338.572**	**9.788.778**
Valores a receber - Credenciadora - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	9.338.572	9.788.778
Operações de crédito adquiridas	**1.700.722**	**3.568.127**
Operação de crédito adquiridas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	1.700.722	3.568.127
Operações de crédito	**31.809**	**10.507**
Empréstimo - NuCommerce Ltda. - Outras partes relacionadas	50.931	24.826
Desconto em operações de venda ou transferência de ativos financeiros - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(19.122)	(14.319)
Outros créditos	**105.383**	**14.035.273**
Valores pendentes de liquidação - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	48.123	14.035.273
Valores pendentes de liquidação - Internet Fundo de Investimento Multiestratégia - Controlador indireto	57.260	-
Passivo		
Dívidas subordinadas	**3.309.760**	**2.079.059**
Letras financeiras subordinadas - FIP Internet - Controladora indireta	3.309.760	2.079.059
Obrigações por operações compromissadas	**1.399.997**	**-**
Recompras a liquidar - Nu Invest S.A. - Controlada indireta	1.399.997	-
Outras obrigações	**765.330**	**16.086.083**
Valores pendentes de liquidação - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	540.431	15.354.209
Dividendos a pagar - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	500.000
Despesas compartilhadas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	163.257	143.194
Despesas compartilhadas - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	13.006	13.058
Serviços contratados - Nu Holdings S.A. - Controladora indireta	-	3.001
Serviços contratados - Nu Brasil Tecnologia Ltda. - Outras partes relacionadas	18.523	11.401
Serviços contratados - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	14.220	26.537
Serviços contratados - Nu Tecnología S.A. - Outras partes relacionadas	417	648
Serviços contratados - Olivia AI do Brasil Participações Ltda - Outras partes relacionadas	6.890	8.693
Serviços contratados - Olivia AI, Inc. - Outras partes relacionadas	157	861

Serviços contratados - Nu North America - Outras partes relacionadas	7.239	22.788
Serviços contratados - Nu Finanz - Outras partes relacionadas	921	1.015
Serviços contratados - Nu Plat - Outras partes relacionadas	269	678

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado		
Receita de operações de crédito	**167.677**	**417.894**
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Credenciadoras - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	38.262
Juros de empréstimo - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	127
Juros de empréstimo - Nu Invest S.A. - Controlada indireta	-	6.118
Juros de empréstimo - NuCommerce Ltda. - Outras partes relacionadas	2.817	-
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	164.860	373.387
Despesa de juros e similares	**(252.162)**	**(206.118)**
Despesa com títulos emitidos - Letra financeira subordinada - FIP Internet - Controladora indireta	(188.446)	(129.469)
Resultado com operações compromissadas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	-	(76.646)
Resultado com operações compromissadas - Nu DTVM Ltda. - Controlada	-	(3)
Resultado com operações compromissadas - Nu Invest S.A. - Controlada indireta	(63.716)	-
Despesa de tarifas e similares - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	**(216)**	**(85)**
Despesa de pessoal	**(255.347)**	**(259.962)**
Despesas compartilhadas salários e ordenados - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(241.211)	(137.501)
Despesas compartilhadas salários e ordenados - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	(11.635)	(122.461)
Honorários da administração	(2.501)	-
Outras despesas administrativas	**(1.063.763)**	**(582.520)**
Serviços especializados/despesas compartilhadas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(612.553)	(388.414)
Serviços especializados - Nu Brasil Tecnologia Ltda. - Outras partes relacionadas	(173.403)	(89.659)
Serviços especializados - Nu Brasil Serviços Ltda. - Outras partes relacionadas	(114.756)	(73.782)
Serviços especializados - Nu North America - Outras partes relacionadas	(139.652)	(5.902)
Serviços contratados - Nu Tecnología S.A. - Outras partes relacionadas	(12.460)	(2.715)
Serviços contratados - Olivia AI, Inc - Outras partes relacionadas	(2.514)	(22.048)
Serviços contratados - Nu Berlin - Outras partes relacionadas	(8.425)	-

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R$5.303.748 (R$5.303.748 em 31 de dezembro de 2023), e está representado por 5.146.488.052 (5.146.488.052 em 31 de dezembro

de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária o aumento de capital social com base no valor de lucro líquido remanescente de 2022, no montante de R$1.295.343, com a emissão de 980.577.925 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovado em 29 de junho de 2023 pelo BACEN.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas pelos planos de ações da Companhia, os quais são compostos por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (SOPs), (ii) um plano de compensações baseado em Restricted Stock Units (RSUs), e (iii) de emissão de ações para seus colaboradores e administradores, visando engaja-los no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo. As outorgas desses benefícios ocorrem somente na Nu Holdings, sua controladora indireta.

Em 30 de junho de 2024, o saldo total da reserva de capital era de R$125.103 e R$92.565 em 31 de dezembro de 2023.

c. Reserva de lucro

Ao fim de cada exercício social o estatuto social da Companhia, com base no artigo 193 da Lei 6404/76, determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R$248.136 a título de reserva legal, apresentando o saldo final de R$317.001, adicionalmente, a Companhia destinou para Reserva de Lucro o lucro líquido acumulado do exercício, após constituição de reserva legal e deliberação de dividendos o montante de R$4.214.577. Em 30 de junho de 2024 o saldo da reserva de lucros da Companhia totaliza R$2.621.240.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado, podendo considerar juros sobre capital próprio como parte do dividendo mínimo obrigatório, conforme disposto no estatuto social. No primeiro semestre de 2024 foram deliberados dividendos à sua controladora Nu Pagamentos S.A. no montante total de R$1.953.084 bilhões (R$500.000 em 31 de dezembro de 2023).

e. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário, de ajustes de ativos e passivos reconhecidos no patrimônio líquido por meio da demonstração de outros resultados abrangentes.

Outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para o resultado posteriormente estão relacionados com hedges de fluxo de caixa, reflexos de controlada, que se qualificam como hedges efetivos. Esses valores permanecerão nesta rubrica até que sejam reconhecidos na demonstração de resultado nos períodos em que os itens objeto de hedge a afetarem.

	30/06/2024	31/12/2023
Valor justo de títulos disponíveis para venda, líquido de impostos	36.142	36.481
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos - reflexo de controlada	384	12
Saldo total	**36.526**	**36.493**

f. Plano de ações

Os empregados da Companhia participam do plano de ações do Grupo Nubank que são emitidas pela sua controladora indireta Nu Holdings Ltd. Os incentivos do Grupo aos empregados incluem prêmios liquidados em ações, oferecendo a eles a oportunidade de comprar ações ordinárias através do exercício de opções (Plano de Opção de Ações - "SOPs"), recebendo ações ordinárias (Unidades Restritas de Ações - "RSUs") após passagem do período de aquisição do direito (*vesting*) e recebendo ações após o atingimento de condições de mercado e passagem do tempo ("Prêmios").

O custo dos serviços dos empregados recebidos em relação às SOPs e RSUs concedidas é reconhecido na demonstração do resultado ao longo do período em que os funcionários prestam serviços e de acordo com as condições de aquisição do direito. O Grupo também emitiu Prêmios em 2020 e 2021 que concedem ações mediante o cumprimento das condições de mercado relacionadas à avaliação da Companhia, e passagem do tempo para os prêmios emitidos em 2021. O incentivo de RSU foi implementado em 2020 e é o principal incentivo desde então.

SOPs e RSUs são emitidos como parte do processo de retenção de talentos e como um bônus de assinatura. Ao longo do tempo, SOPs e RSUs foram emitidos com diferentes períodos de aquisição. Uma vez exercíveis, as opções poderão ser exercidas até 10 anos após a data de outorga.

O custo total das concessões é calculado usando o número de SOPs e RSUs que se espera adquirir e seus valores justos na data da concessão. O número de SOPs e RSUs esperados considera a probabilidade de que as condições de serviço incluídas nos termos dos prêmios sejam atendidas e é baseado no confisco histórico. O não cumprimento da condição de aquisição de direitos é tratado como caducidade, resultando na cessação do reconhecimento da despesa.

Os termos e condições dos planos RSUs exigem que o Grupo retenha ações da liquidação para seus funcionários com o fim de liquidar a obrigação fiscal do funcionário. Dessa forma, o Grupo liquida a transação pelo valor líquido, retendo o número de ações com valor justo igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário e emite as ações remanescentes ao funcionário na data de aquisição. A

obrigação fiscal do funcionário associada às RSUs é calculada substancialmente com base na taxa de imposto pessoal esperada de cada funcionário e no valor justo das ações na data de aquisição. O Grupo reconhece as despesas relacionadas com os impostos corporativos e encargos sociais sobre RSUs na linha de despesas de pessoal, que compõem as rubricas "Outras receitas e despesas operacionais" nas demonstrações do resultado.

O valor justo dos prêmios foi determinado usando um modelo de simulação de Monte Carlo. O modelo de Monte Carlo considera o tempo esperado até que a condição de mercado seja satisfeita, o preço da ação na data da outorga, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada da ação e outros fatores relevantes. O período de carência reflete a estimativa do prazo até que a Companhia atinja a avaliação determinada pela condição de mercado e não será revisado posteriormente. As despesas serão registradas durante o período de aquisição, independentemente da condição de mercado ser satisfeita.

Antes da data do IPO, o preço da ação usado como entrada no modelo Monte Carlo e para as RSUs era calculado usando um ou uma combinação de um modelo de fluxo de caixa descontado (CFM) e um modelo de precificação de opção (OPM) com base substancialmente nas transações de preços de ações preferenciais anteriores. O dividendo esperado foi determinado como zero, pois a Companhia não espera pagá-lo em um futuro próximo e os detentores de SOPs, RSUs e Prêmios não têm direito a dividendos. A Companhia aplicou um desconto por falta de negociabilidade, calculado com base no modelo Finnerty, aos resultados dos modelos para refletir a falta de um mercado público ou ativo para a venda das ações. Após a data do IPO, o valor justo das RSUs concedidas é determinado com base no preço negociado publicamente.

Não houve modificações nos termos e condições dos SOPs, RSUs e das outras transações após a data de outorga.

Os valores relativos aos planos de ações são estabelecidos substancialmente em dólares americanos, a moeda funcional da Nu Holdings, e foram convertidas para reais nas tabelas a seguir utilizando a taxa de conversão das respectivas datas para fins de apresentação.

As alterações no número de SOPs e RSUs são demonstradas a seguir. PMPEO é o preço de exercício médio ponderado e VJMPDO é o valor justo médio ponderado na data de outorga.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Quantidade	**PMPEO**	**Quantidade**	**PMPEO**
SOPs				
Remanescentes no início do período	464.640	2,6	987.806	1,4
Transferidos de/para outras entidades durante o período	(73.116)	2,4	660.301	-
Exercidos durante o período	(85.248)	(1,3)	(1.178.686)	1,2
Desistências e cancelamentos durante o período	-	-	(4.781)	-
Remanescentes ao fim do período	**306.276**	**3,1**	**464.640**	**2,6**
Remanescentes ao fim do período	**306.276**	**3,1**	**464.640**	**2,6**
Exercíveis ao fim do período	**287.176**	**3,0**	**395.001**	**2,4**

	30/06/2024		31/12/2023	
	Quantidade	**VJMPDO**	**Quantidade**	**VJMPDO**
RSUs				
Remanescentes no início do período	2.029.166	27,0	692.827	36,1
Transferidos de/para outras entidades durante o período	-	-	970.866	-
Outorgados durante o período	782.687	66,2	1.442.565	22,5
Direitos adquiridos durante o período	(490.336)	33,9	(924.663)	23,4
Desistências e cancelamentos durante o período	(101.787)	36,1	(152.429)	-
Remanescentes no fim do período	**2.219.730**	**42,5**	**2.029.166**	**27,0**

Os efeitos nas demonstrações contábeis de SOPs, RSUs e outras transações com pagamento baseado em ações são os seguintes:

	30/06/2024	**30/06/2023**
Efeito líquido no resultado (Nota 24)	**(146.025)**	**(91.741)**
Efeito líquido nas reservas de capital - próprios	17.353	16.139
Efeito líquido nas reservas de capital - reflexo de controlada	15.185	(4.398)
Efeito líquido nas reservas de capital - Total	**32.538**	**11.741**

22. Receitas de intermediação financeira

	30/06/2024	**30/06/2023**
Receita de operações de crédito	**17.796.774**	**9.444.176**
Receita de juros de cartão de crédito	9.995.146	5.419.123
Receita de juros de empréstimo pessoal	7.120.971	3.279.017
Receita de juros de empréstimo com partes relacionadas (Nota 20)	2.817	6.245
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Credenciadoras	516.530	351.150
Receita de juros de operações de crédito adquiridas - Partes relacionadas (Nota 20)	164.860	373.387
Ajuste a valor de mercado de Hedge de Portfólio	(3.550)	15.254
Resultado de títulos e valores mobiliários	**1.837.152**	**1.499.298**
Receitas de juros e ajustes ao valor de mercado	1.809.642	1.357.691
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.346	50.644
Resultado de cotas de fundos de investimento	19.164	90.963
Resultado de depósitos compulsórios e outros depósitos com o Banco Central	**1.678.840**	**1.303.680**
Total	**21.312.766**	**12.247.154**

23. Despesas de intermediação financeira

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa de juros e similares	**(5.308.778)**	**(4.239.114)**
Despesa de juros com depósitos remunerados	(4.519.494)	(3.875.547)
Despesa com títulos emitidos	(151.666)	(418)
Despesa com títulos emitidos - Letra financeira subordinada	(1.224)	(2.019)
Despesa com títulos emitidos - Letra financeira subordinada - Parte relacionada (Nota 20)	(188.446)	(129.469)
Ajustes ao valor de mercado - Letra financeira subordinada	1.211	1.205
Despesa com operações compromissadas	(201.460)	(49.938)
Despesa com operações compromissadas - Parte Relacionada (Nota 20)	(63.716)	(76.649)
Despesa com descontos concedidos (i)	(210.429)	(104.700)
Variação cambial	26.446	(1.579)
Despesa com tarifas e similares	**(78.549)**	**(47.822)**
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**(34.767)**	**(13.338)**
Resultado com swaps	(6.096)	6.700
Resultado com futuro DI	6.994	(10.049)
Resultado com futuro dólar	976	473
Resultado com futuro DAP	(16)	(10.462)
Resultado com NDF	(36.625)	-
Total	**(5.422.094)**	**(4.300.274)**

(i) Refere-se, majoritariamente, a descontos concedidos em renegociações de operações de cartão de crédito.

24. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Outras despesas relacionadas a crédito	**(236.311)**	**(192.316)**
Despesa com análise de crédito e cobrança	(240.350)	(185.178)
Provisões relacionadas a valores a receber - credenciadoras	4.039	(7.138)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	**(205.225)**	**(119.946)**
Despesas de pessoal	**(457.468)**	**(330.349)**
Proventos	(188.824)	(149.500)
Encargos sociais	(71.441)	(58.790)
Plano de ações	(146.025)	(91.741)
Outras despesas de pessoal	(34.294)	(27.940)
Participações dos empregados no lucro	(16.884)	(2.378)
Despesas tributárias	**(788.870)**	**(393.036)**
PIS e COFINS	(785.093)	(391.243)
Outras despesas tributárias	(3.777)	(1.793)
Despesas de provisões legais	**(4.086)**	**(1.695)**
Outras despesas administrativas	**(818.180)**	**(340.090)**
Despesa de marketing	(153.317)	(76.314)
Despesa de tecnologia	(52.466)	(27.808)
Despesa de escritório	(17.955)	(22.080)
Despesa de serviços especializados	(530.245)	(192.129)

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa de viagem	(1.189)	(85)
Depreciação e amortização	(12.689)	(5.603)
Outras despesas administrativas	(50.319)	(16.071)
Resultado de participações em controladas	**(86.104)**	**12.378**
Outras receitas operacionais	**712**	**933**
Outras despesas operacionais	**(53.130)**	**(20.013)**
Perdas com riscos operacionais	(34.160)	(18.420)
Outras despesas operacionais	(18.970)	(1.593)
Total	**(2.648.662)**	**(1.384.134)**

25. Tributos

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.153.048	2.812.086
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(2.861.219)	(1.124.835)
Adições/exclusões permanentes	11.383	(1.775)
Doações	26.645	1.620
Efeito de participação em controladas	(34.442)	4.950
Outros	217	1.445
Imposto de renda e contribuição social	**(2.857.416)**	**(1.118.595)**
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.197.067)	(2.193.252)
Tributos diferidos	1.339.651	1.074.657
Imposto de renda e contribuição social	**(2.857.416)**	**(1.118.595)**
Tributos diferidos reconhecidos em Outros resultados abrangentes	**226**	**(3.021)**

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

		Movimentação		
	Saldo em 31/12/2023	Resultado abrangente	Resultado	Saldo em 30/06/2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.428.973	-	1.330.964	5.759.937
Outras provisões passivas	58.166	-	(4.213)	53.953
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	17.722	-	19.920	37.642
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	1.358	-	(1.339)	19
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**4.506.219**	**-**	**1.345.332**	**5.851.551**

	Saldo em 31/12/2023	Movimentação: Resultado abrangente	Movimentação: Resultado	Saldo em 30/06/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	**4.506.219**	**-**	**1.345.332**	**5.851.551**
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	(18.296)	-	(5.681)	(23.977)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	(24.321)	226	-	(24.095)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	**(42.617)**	**226**	**(5.681)**	**(48.072)**
Divulgação dos impostos diferidos	**-**	**-**	**-**	**5.803.479**
Total de movimentação		**226**	**1.339.651**	

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação: Resultado abrangente	Movimentação: Resultado	Saldo em 30/06/2023
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.993.477	-	1.054.904	3.048.381
Outras provisões passivas	30.612	-	16.093	46.705
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	8.383	-	2	8.385
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	2.061	-	4.191	6.252
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**2.034.533**	**-**	**1.075.190**	**3.109.723**
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	**2.034.533**	**-**	**1.075.190**	**3.109.723**
Marcação a mercado - Títulos para negociação	-	-	(11.991)	(11.991)
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	(13.280)	-	11.458	(1.822)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	(15.430)	(3.021)	-	(18.451)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	**(28.710)**	**(3.021)**	**(533)**	**(32.264)**
Total de movimentação		**(3.021)**	**1.074.657**	

O ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2024, no montante de R$5.803.479 (R$3.109.723 em 30 de junho de 2023), foi constituído sobre diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2024 é de R$4.733.157.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024	756.527	453.916	1.210.444
2025	719.048	431.429	1.150.478
2026	956.351	573.811	1.530.161
2027	953.880	572.328	1.526.207
2028	237.856	142.713	380.569
Acima de 2028	3.512	2.107	5.620
Total	**3.627.174**	**2.176.305**	**5.803.479**

26. Valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

	30/06/2024			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	**1.001**	**-**	**1.001**
Investimentos de curto prazo	**-**	**1.001**	**-**	**1.001**
Cotas de fundos de investimento	-	1.001	-	1.001
Títulos e valores mobiliários	**35.711.642**	**223.189**	**354.652**	**36.437.890**
Para negociação	**2.841.096**	**-**	**-**	**2.989.503**
Títulos públicos - Brasil	**2.803.772**	**-**	**-**	**2.803.772**
Letras Financeiras do Tesouro	2.803.772	-	-	2.803.772
Títulos privados	**37.324**	**-**	**-**	**185.731**
Debêntures	37.324	-	-	37.324
Cotas de fundos de investimento	-	148.407	-	148.407
Disponível para venda	**32.870.546**	**223.189**	**354.652**	**33.448.387**
Títulos públicos - Brasil	**31.396.389**	**-**	**-**	**31.396.389**
Letras Financeiras do Tesouro	30.396.782	-	-	30.396.782
Letras do Tesouro Nacional	999.607	-	-	999.607
Cotas de fundos de investimento	**-**	**-**	**354.652**	**354.652**
Cotas de fundos de investimento	-	-	354.652	354.652
Títulos privados	**1.474.157**	**223.189**	**-**	**1.697.346**
Debêntures	1.474.157		-	1.474.157
Certificado de recebíveis imobiliários	-	70.365	-	70.365
Notas comerciais	-	152.824	-	152.824
Instrumentos financeiros derivativos	**509**	**2.578**	**-**	**3.087**
Contratos de futuros	509	-	-	509
Contratos de NDF	-	2.578	-	2.578
Total ativo	**35.712.151**	**226.768**	**354.652**	**36.441.978**
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	**495**	**39.194**	**-**	**39.689**
Contratos de futuros	495	-	-	495
Contratos de NDF	-	39.194	-	39.194
Dívidas subordinadas	**-**	**20.538**	**-**	**20.538**
Letras financeiras subordinadas	-	20.538	-	20.538
Total passivo	**495**	**59.732**	**-**	**60.227**

	31/12/2023			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	**33.171.934**	**694.080**	**-**	**33.866.014**
Para negociação	**1.548.401**	**19.390**	**-**	**1.567.791**
Títulos públicos - Brasil	**1.501.629**	**-**	**-**	**1.501.629**
Letras Financeiras do Tesouro	1.501.629	-	-	1.501.629
Títulos privados	**46.772**	**19.390**	**-**	**66.162**
Debêntures	46.772	-	-	46.772
Notas promissórias	-	19.390	-	19.390
Disponível para venda	**31.623.533**	**674.690**	**-**	**32.298.223**
Títulos públicos - Brasil	**29.800.656**	**-**	**-**	**29.800.656**
Letras Financeiras do Tesouro	29.800.656	-	-	29.800.656
Cotas de fundos de investimento	**-**	**239.868**	**-**	**239.868**
Cotas de fundos de investimento	-	239.868	-	239.868
Títulos privados	**1.822.877**	**434.822**	**-**	**2.257.699**
Debêntures	1.822.877	194.928	-	2.017.805
Certificado de recebíveis imobiliários	-	86.649	-	86.649
Notas comerciais	-	153.245	-	153.245
Instrumentos financeiros derivativos	**402**	**-**	**-**	**402**
Contratos de futuros	402	-	-	402
Operações de Crédito	**-**	**-**	**3.550**	**3.550**
Ajuste a valor justo - Hedge de Portfólio	-	-	3.550	3.550
Total ativo	**33.172.336**	**694.080**	**3.550**	**33.869.966**
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	**242**	**-**	**-**	**242**
Contratos de futuros	242	-	-	242
Dívidas subordinadas	**-**	**20.525**	**-**	**20.525**
Letras financeiras subordinadas	-	20.525	-	20.525
Total passivo	**242**	**20.525**	**-**	**20.767**

Títulos e valores mobiliários: Os títulos com alta liquidez e preços cotados em mercado ativo são classificados como Nível 1. Nesse nível, foram classificados todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercado ativo. Os valores justos são os preços cotados no mercado secundário, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”). As cotas de fundos de investimento, cuja avaliação é baseada em dados observáveis, como taxas de juros e curvas de rendimento, corroborados pelo

mercado, são classificados como Nível 2. Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) compostos por recebíveis pré-fixados de clientes de varejo são classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e têm seu valor justo calculado descontando os fluxos de caixa futuros pela curva livre de risco e um spread de crédito.

Derivativos: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia. Os derivativos negociados na bolsa de valores brasileira ("B3") são avaliados pelo valor justo com base nas cotações da B3. Os swaps de taxa de juros de balcão são avaliados descontando os fluxos de caixa futuros esperados para os valores presentes usando curvas de taxas de juros baseadas em taxas de juros futuras e são classificados como Nível 2.

Dívidas subordinadas: Caso o instrumento tenha um mercado ativo, os preços cotados nesse mercado são utilizados. Caso contrário, técnicas de avaliação são utilizadas, como fluxos de caixa descontados, em que os fluxos de caixa são descontados por uma taxa livre de risco e um spread de crédito.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. No exercício de 2023, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

	30/06/2024
	Cotas de fundos de investimento
Ativos financeiros no começo do período	**-**
Aquisições	348.088
Total de ganhos ou perdas	**6.564**
Em resultado	14.673
Em outros resultados abrangentes	(8.109)
Ativos financeiros no final do período	**354.652**

27. Gerenciamento de riscos

a) Visão geral

O Grupo prioriza os riscos que podem ter um impacto relevante nos seus objetivos estratégicos, incluindo aqueles que devem ser aderentes aos requerimentos regulatórios aplicáveis. Para gerenciá-los e mitigá-los de forma eficiente, a estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação para priorizar os riscos que são fundamentais para a busca de potenciais oportunidades e/ou que podem impedir a criação de valor ou que podem comprometer o valor existente, com a possibilidade de ter impactos em resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e reputação.

Os riscos que estão ativamente monitorados incluem:

1. Risco de Crédito;
2. Risco de Liquidez;
3. Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB);
4. Risco Operacional / Riscos de Tecnologia da Informação (TI);
5. Risco Regulatório
6. Risco de Conformidade (Compliance); e
7. Risco Reputacional.

b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Grupo considera a Gestão de Riscos um importante pilar da gestão estratégica da organização. A estrutura de gerenciamento de riscos permeia de forma ampla toda a Instituição, permitindo que os riscos sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, visando suportar o desenvolvimento de suas atividades. A Gestão de Riscos está relacionada aos princípios, cultura, estruturas e processos para aprimorar o processo decisório e o alcance dos objetivos estratégicos. É um processo contínuo e em desenvolvimento que percorre toda a estratégia do Nu e sua implementação, para apoiar a Administração a minimizar suas perdas, bem como maximizar seus lucros e proteger os valores da companhia.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nu considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos está alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Grupo considera que uma declaração de apetite a riscos (“RAS”) é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital. O Nu definiu uma RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses, foram implementadas declarações qualitativas e métricas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, medidas de risco, liquidez e outras relevantes, conforme apropriado.

O Grupo opera no modelo de três linhas, o qual auxilia a identificar estruturas e processos que melhor suportam a realização dos objetivos e facilitam a ter uma estrutura robusta de governança e gestão de risco.

- **Primeira Linha:** funções/ áreas de negócio e de suporte ou atividades que geram exposição a um risco, cujos gestores são responsáveis por sua gestão de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas

pela Diretoria Executiva. A primeira linha deve dispor dos meios para identificar, medir, tratar e reportar os riscos.

- **Segunda Linha:** constituída pelas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Zela pelo controle efetivo dos riscos e assegura que eles sejam geridos de acordo com o nível de apetite definido. Responsável pela proposição de políticas de gestão de riscos, desenvolvimento de modelos e metodologias de riscos e supervisão da primeira linha.

- **Terceira Linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se políticas, métodos e procedimentos são adequados, além de verificar a sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nu é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança foram projetados e implementados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Organização.

Órgãos de governança relacionados ao gerenciamento de riscos:

O Grupo estabeleceu uma estrutura de governança com base nos requisitos regulamentares relevantes e composta pelos seguintes elementos:

- **Comitê de Riscos**: tem como objetivo assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos.

- **Comitê de Crédito**: tem como objetivo revisar e supervisionar as estratégias de crédito, bem como revisar seus impactos nos resultados da Organização, no ambiente macroeconômico e nas informações de risco, no mercado de crédito e nos concorrentes.

- **Comitê de Auditoria**: suas principais atribuições são avaliar o desempenho e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da auditoria independente, bem como dos respectivos relatórios relacionados aos sistemas de controle interno, para seguir as recomendações feitas pelos auditores internos e independentes à Administração, bem como avaliar e opinar sobre as demonstrações contábeis.

- **Fóruns técnicos**: reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos listados a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: contabilidade e impostos, risco operacional e controles internos, gerenciamento de ativos e passivos ("ALM") / capital, riscos de tecnologia da informação ("TI"), proteção de dados, Compliance, prevenção à fraudes, combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("AML/FT"),

revisão de produtos, provisões de crédito, relacionamento com clientes e testes de estresse.

c) Riscos monitorados ativamente

Os riscos que monitoramos ativamente incluem crédito, mercado e IRRBB (risco de taxa de juros na carteira bancária), liquidez, operacional, tecnologia da informação, regulatório, conformidade, reputacional e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado de acordo com o modelo de três linhas, considerando políticas e procedimentos em vigor, bem como os limites estabelecidos na RAS.

Cada um dos riscos descritos a seguir possui metodologias, sistemas e processos próprios para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

Nos caso dos riscos financeiros, como risco de crédito, de liquidez, IRRBB e de mercado, a mensuração é realizada com base em modelos quantitativos e, em determinados casos, cenários prospectivos em relação às principais variáveis envolvidas, respeitando-se os requisitos regulatórios aplicáveis e as melhores práticas de mercado. Riscos não financeiros, como risco operacional e riscos tecnológicos, são mensurados mediante critérios de impacto (risco inerente), considerando potenciais perdas financeiras, danos à reputação, percepção dos clientes e obrigações legais / regulatórias, assim como são avaliados em relação à efetividade da respectiva estrutura de controles internos.

Com base nos resultados das atividades de mensuração e avaliação dos riscos, é verificada a aderência da exposição residual em relação ao apetite a riscos do Nu. Ações necessárias para mitigação dos riscos são apresentadas e discutidas na estrutura de governança de Fóruns Técnicos e no Comitê de Riscos, os quais também são os órgãos responsáveis pela aprovação e acompanhamento da implementação de planos de ação.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos decorrentes de mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que a carteira de crédito seja resiliente a crises econômicas.

O gerenciamento de risco de crédito é realizado pelo squad de Risco de Crédito com papel centralizado e independente das unidades de negócio, sendo responsável por:

- Estabelecer governança, políticas e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos de crédito em conformidade com os níveis fixados na RAS;
- Monitorar e notificar diretoria sobre os níveis de risco (conformidade com apetite) do portfólio de crédito, incluindo recomendações de aprimoramento, quando aplicáveis;
- Identificação e avaliação dos riscos inerentes e respectivos mitigadores no lançamento de novos produtos e mudanças significativas em processos existentes;
- Estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação;

- **Risco de Liquidez**

Risco de Liquidez é definido como:

- Possibilidade de não sermos capazes de honrar eficientemente nossas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar nossas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

- A possibilidade de não conseguirmos negociar a preço de mercado uma posição, devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez utiliza os dados de fluxos de caixa futuros, aplicando sobre estes fluxos de caixa um cenário de estresse severo, de forma a garantir que o volume de ativos líquidos de alta qualidade que possuímos é suficiente para garantir nossa resiliência mesmo em situações bastante adversas. Os indicadores de liquidez são monitorados diariamente.

Possuímos um Plano de Contingência de Liquidez para as entidades no Brasil que descreve as possíveis ações a serem tomadas para recomposição da liquidez no caso de deterioração dos indicadores.

- **Risco de Mercado e Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos por nós, incluindo o risco da variação das taxas de juros, dos preços de ações, variação cambial e preço de commodities. O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no nosso capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Existe uma estrutura de gerenciamento e controle de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócio, que é responsável pelos processos e

ferramentas de medição, monitorização, controle e reporte do risco de mercado e IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados.

A gestão do risco de mercado e do IRRBB é baseada em métricas que são reportadas ao Fórum Técnico ALM e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a usar instrumentos financeiros, conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção de risco de mercado e exposições ao IRRBB.

A gestão do risco de mercado e do IRRBB é baseada nas seguintes métricas:

- Sensibilidade da Taxa de Juros (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a aumento de um ponto-base no corrente anual taxas de juros ou taxa de índice;
- Value at Risk (VaR): perda máxima do valor de mercado para um período de detenção com um nível de confiança; e
- Exposições cambiais: considerando todas as posições financeiras que trazem

O BACEN exige uma avaliação da suficiência de capital para o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) com base nas métricas Delta EVE e Delta NII. O Grupo calcula essas métricas no Brasil de acordo com o padrão regulatório para gerenciamento dessa exigência de capital. Delta EVE é a variação do valor econômico do capital do Grupo nos cenários prescritos pelo BACEN. Delta NII é a variação do resultado de intermediação financeira do Grupo nos mesmos cenários padrão prescritos.

A tabela abaixo apresenta o VaR, calculado com um nível de confiança de 99% e um período de detenção de 10 dias, por uma abordagem de simulação histórica, com janela de 5 anos. O VaR para o Brasil é calculado apenas para a Carteira Trading, de acordo com a forma como as carteiras são administradas.

	30/06/2024	31/12/2023
VaR	1.321	1.206
Total	**1.321**	**1.206**

A análise a seguir é a sensibilidade da Companhia da marcação a valor justo de mercado a um aumento de 1 ponto base ("bp") (DV01) nas taxas de juros do mercado brasileiro, assumindo uma mudança paralela e uma posição financeira constante:

Curva	**Curva livre de riscos brasileira**		**Cupom IPCA**		**Curva livre de riscos mexicana**	
DV01	**30/06/2024**	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Nu Financeira (i)	(1.042)	(177)	(18)	(25)	(3)	-
Total	**(1.042)**	**(177)**	**(18)**	**(25)**	**(3)**	**-**

(i) Inclui a Nu Financeira e suas subsidiárias Nu DTVM e Nu Invest.

- **Risco Cambial**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, nenhuma das entidades do Grupo possuía instrumentos financeiros significativos em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais.

A moeda funcional das empresas sediadas no Brasil é o real. O Grupo tem custos operacionais em reais, dólares americanos e em euros. Determinados custos em dólares americanos e euros, ou empréstimos entre empresas em dólares americanos, são protegidos com contratos futuros, negociados na bolsa B3, com base nas projeções então existentes desses custos, ou quando há uma nova exposição. As transações de hedge são desfeitas à medida que os custos e empréstimos são pagos, e calibradas quando nossas projeções internas de custos mudam. Como resultado, as demonstrações contábeis têm pequenas exposições às taxas de câmbio após a entrada em vigor das transações de hedge.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste contexto, também deve ser considerado o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

A estrutura de controle e gerenciamento do risco operacional e controles internos é independente das unidades de negócios e suporte, sendo responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia de controles internos, cobrindo riscos como interrupção de sistemas e serviços e fraude externa. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios e de suporte (primeira linha), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados no Fórum Técnico de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

- **Risco de Tecnologia da Informação ("TI")**

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo

segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes / problemas, impacto sobre níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de identidade e acesso (acesso não autorizado a informações confidenciais), gerenciamento de dados (ausência de conformidade com as leis de privacidade de dados ou falhas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

Como o Nu opera em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos dessas ameaças. Os riscos de Tecnologia da Informação, incluindo o risco cibernético, é uma área prioritária para a Organização e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha. Essa equipe é independente das áreas relacionadas a TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

A área de Riscos de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite de risco aprovados pela Diretoria Executiva. Avaliamos continuamente nossa exposição ao risco de ameaças e seus impactos potenciais em nossos negócios e clientes. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e segurança cibernética, considerando também que as pessoas são um componente essencial de nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no Fórum Técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

- **Risco Regulatório**

Em um ambiente complexo e altamente regulamentado, iniciativas legislativas e regulatórias podem resultar em mudanças significativas na estrutura regulatória do Nu e, consequentemente, em suas atividades de negócios.

Para lidar com esses riscos, o Nu possui equipes dedicadas a monitorar essas mudanças e engajar-se para explicar seus possíveis impactos à empresa e ao setor financeiro em geral.

Iniciativas legislativas e regulatórias que possam apresentar impacto relevante para a empresa são levadas ao conhecimento do Comitê de Riscos e da equipe de gestão, permitindo que a empresa, quando necessário, ajuste sua estratégia e decida o melhor curso de ação para lidar com tais mudanças.

- **Risco de Conformidade (Compliance)**

Como o Nu opera em um ambiente altamente regulamentado, um robusto programa de Compliance foi estabelecido dentro da segunda linha. A equipe de Compliance possui recursos dedicados ao Programa de Ética, Compliance Regulatório e também ao Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

O Programa de Ética estabelece padrões mínimos de conduta para a organização, incluindo Código de Conduta, Políticas de Compliance, Treinamento e campanha de conscientização, além de canal independente de denúncias. Alguns exemplos incluem os riscos de *"AB&C - Anti-Bribery and Corruption"*, conflitos de interesse, partes relacionadas, informações privilegiadas, bem como quaisquer violações do nosso Código de Conduta.

A equipe de Compliance Regulatório está focada em supervisionar a adesão regulatória da organização. As principais atividades envolvem o acompanhamento regulatório e o gerenciamento da aderência regulatória, avaliação de novos produtos e funcionalidades, assessoria, testes de compliance e centralização do relacionamento com reguladores com relação às solicitações de informações e supervisões. Por não estar em conformidade com as leis e regulamentos, a empresa pode estar exposta a sanções, perda de licenças, bem como potenciais implicações criminais na gestão.

O Programa de PLD/CFT do Nu possui escopo global e sua diretrizes para prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é a base para o planejamento estratégico da área. O risco de PLD/CFT considera a empresa estar exposta a sanções por não implementar controles para evitar práticas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

O Programa é estruturado em três níveis - estratégico, tático, operacional e é composto por 7 pilares (nível estratégico): Avaliação de Riscos; Políticas e Procedimentos; Comunicação e Treinamento; Conheça Seu Cliente (KYC); Due Diligence (KYE, KYS, KYP e KYB); MSAC - Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação (SAR); e Programa de Avaliação de Efetividade.

- **Risco Reputacional**

O Nu entende que a materialização de outros riscos podem impactar negativamente a sua reputação, uma vez que estão intrinsecamente ligados. Eventos indesejáveis em diferentes dimensões de risco, como continuidade de negócios, segurança cibernética, ética e integridade, menções negativas em mídias sociais, entre outros, podem trazer danos à reputação do Nu.

Portanto, o Grupo possui equipes e processos dedicados à supervisão da comunicação externa e à gestão de crises, que são elementos-chave para identificar e mitigar eventos de reputação, bem como para obter uma visão de longo prazo para melhor prevenir ou responder a eventos futuros.

Testes de Estresse

O programa de testes de estresse considera choques nos principais produtos do Nu, tais como cartões de crédito, empréstimos pessoais e instrumentos de captação, além dos seus respectivos subprodutos. São considerados cenários em que o estresse é aplicado isoladamente, em diferentes níveis de intensidade e probabilidade, e também cenários em que ações gerenciais são consideradas para aumentar a resiliência da empresa e preservar seus indicadores de capital e liquidez.

Os cenários propostos são apresentados ao Fórum Técnico de Teste de Estresse. São discutidos os cenários a serem abordados, duração e severidade e plausibilidade de cada choque, assim como as formas pelas quais serão modelados e o nível de detalhamento necessário. Após o trabalho de modelagem e execução dos testes, os resultados são submetidos aos comitês e fóruns técnicos apropriados, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Nu. São discutidas e aprovadas as ações propostas que visam garantir a resiliência da Organização. O Programa de Testes de Estresse é atualizado anualmente e define quais testes o time deverá realizar nos próximos 12 meses.

Em linha com os princípios da Resolução, BCB 265, de 25 de novembro de 2022, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site do Nubank.

28. Gestão de capital

O objetivo do gerenciamento de capital é assegurar a adequação de capital do Grupo através do controle e monitoramento da posição de capital, da avaliação da necessidade de capital tendo em vista os riscos incorridos e os objetivos estratégicos do Grupo; e do planejamento de capital para atender a futuros requerimentos de capital regulatório com base nas projeções de crescimento do Grupo, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de *Asset and Liability Management* (ALM Fórum) é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, bem como revisar, monitorar e recomendar planos de ação ao Comitê de Riscos.

Em Julho de 2023 entraram em vigor novas regras do BACEN estabelecendo a classificação de conglomerados que são liderados por instituições de pagamento, e a Nu Financeira passa a ser integrante do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos, classificado como Tipo 3.

O conglomerado Nu Pagamentos está sujeito a novos requisitos prudenciais, substituindo os anteriores requisitos de capital aplicáveis ao conglomerado financeiro, então liderado pela Nu Financeira. Dada esta diferença, os requerimentos

de capital para ambos os conglomerados, Financeiro e Prudencial, não são comparáveis. Informações relacionadas aos índices de Capital podem ser encontradas nas demonstrações contábeis da Nu Pagamentos, controladora direta da Companhia e líder do conglomerado prudencial.

29. Resultados não recorrentes

A Companhia estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não houve resultados a serem classificados como não recorrentes, durante o período deste demonstrativo financeiro.